



## Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –  
Nº 351  
01/06/12 a 07/06/12<sup>1</sup>**

### **Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

---

<sup>1</sup>No dia 04 de junho, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



## Observatório de Política Exterior do Brasil

### **Brasil apoiou convocação de reunião da ONU**

No dia 31 de maio, em Genebra, na Suíça, o Itamaraty apoiou a convocação da reunião de emergência do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi um dos copatrocinadores do encontro. No dia 1 de junho, durante a reunião, o Brasil apoiou a resolução aprovada no CDH que condena o regime sírio pelo ultraje uso de força contra uma população civil, e aponta indícios de crime contra a humanidade. Ademais, o documento concedeu ao brasileiro presidente da comissão de inquérito sobre a Síria, Paulo Sérgio Pinheiro, um mandato especial para investigar o massacre de Hula, no país sírio. O governo brasileiro ainda repudiou a possibilidade de interferência externa no país árabe. De acordo com a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani de Azevêdo, não há solução militar para a atual crise na Síria (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/06/2012).

### **Embaixador brasileiro declarou que Rio+20 não definirá metas de desenvolvimento sustentável**

No dia 31 de maio, durante a penúltima rodada das negociações pré-conferência, em Nova York, o embaixador e secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, Luiz Alberto Figueiredo Machado, declarou que a cúpula não deverá definir prazos e metas de desenvolvimento sustentável. Segundo o embaixador, o Brasil vê com bons olhos a ideia de metas, mas não há tempo para defini-las até a Rio+20, pois, para Machado, elas só serão determinadas entre 2013 e 2015, visto que dependem do parecer de técnicos e cientistas. O negociador brasileiro também afirmou que os países emergentes não buscam isentar-se da responsabilidade de ajudar outros países em desenvolvimento a financiar iniciativas sustentáveis, porém cobram maior engajamento das nações desenvolvidas para atingir esse tipo de objetivo. O secretário executivo ainda ressaltou que há um consenso entre os países de que o Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) necessita de um orçamento a fim de não depender apenas de doações. No dia 2, após a última rodada de negociações, Machado declarou que, apesar de haver consenso sobre os objetivos, os temas específicos ainda não foram definidos. O principal debate é sobre a quantidade de temas incluídos nas metas, que abrange assuntos que vão de mineração a oceanos, passando por água e economia verde. Para o Brasil, o número ideal seria entre oito e dez (Folha de S. Paulo – Ciência+Saúde – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – Vida – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – 03/06/2012).

### **Brasil contestou relatório de organizações multilaterais**



## Observatório de Política Exterior do Brasil

O governo brasileiro contestou os dados divulgados em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que apontam o país como o recordista na aplicação de novas medidas protecionistas no mundo nos últimos seis meses. Segundo a equipe da presidente Dilma Rousseff, o Brasil adota mecanismos a fim de proteger a indústria de práticas desleais conduzidas por países desenvolvidos para sair da crise. O Ministério da Fazenda informou que considera um equívoco dizer que o Brasil pratica políticas protecionistas. Segundo a assessoria do ministro da Fazenda, Guido Mantega, o que o país tem feito é defender-se da estratégia de dumping cambial que se espalhou pelo mundo e sobre a qual a OMC não tem dado a devida atenção. Já o diretor de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Daniel Godinho, declarou que o relatório divulgado traz resultados um pouco temerários, visto que contém erros conceituais, pois adota os mesmos critérios para analisar a conduta de países que seguem e que não seguem as normas da OMC (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/06/2012).

### **Brasil limitou visitas políticas a senador boliviano em embaixada**

O governo brasileiro tem limitado as visitas políticas ao senador opositor boliviano, Roger Pinto, na embaixada do país em La Paz. O Itamaraty pediu compreensão, para que a embaixada continue sendo um ambiente de trabalho (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2012).

### **Rousseff declarou que Rio+20 é oportunidade única para discussão**

No dia 4 de junho, durante visita do rei da Espanha, Juan Carlos, ao Brasil, a presidente Dilma Rousseff declarou que a Rio+20 será uma oportunidade única para refletir sobre padrões de desenvolvimento para as próximas décadas capazes de gerar crescimento econômico com inclusão social e proteção ao meio ambiente. Na ocasião, Rousseff destacou a importância do diálogo com as autoridades espanholas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (O Estado de S. Paulo – Vida – 05/06/2012).

### **Rousseff cobrou ação conjunta entre principais países da economia mundial**

No dia 4 de junho, em Brasília, a presidente Dilma Rousseff declarou que a retomada do crescimento mundial não pode depender somente dos países emergentes e cobrou uma ação coordenada e solidária entre todos os principais países da economia, reiterando que o Brasil irá levar essa mensagem para a próxima cúpula do G20. Ainda no encontro, as autoridades



## Observatório de Política Exterior do Brasil

brasileira e espanhola também discutiram o problema de migração entre os dois países. Juan Carlos declarou que a o governo espanhol já está trabalhando para resolver o impasse através da redução de exigências para a entrada no país e acrescentou que os brasileiros são muito bem-vindos na Espanha. O porta-voz do Itamaraty, Tovar Nunes, alegou que há vontade política para resolver esse problema. Além disso, o Itamaraty afirmou que essas novas medidas contribuirão para impedir decisões arbitrárias de barrar brasileiros com base em regras burocráticas (Folha de S. Paulo – Poder – 05/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 05/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 07/06/2012).

### **Brasil apoiou reformas em reunião da OEA**

No dia 5 de junho, durante 42ª a Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Bolívia, o Brasil aderiu à defesa das reformas do sistema interamericano de direitos humanos e negou que estas possam enfraquecer a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ademais, o brasileiro Roberto Caldas foi eleito juiz desta comissão. No dia 4 de junho, por ocasião da reunião, os participantes do encontro aprovaram a Carta Social das Américas. O documento é uma contra-partida à Carta Democrática Interamericana, com base na qual Cuba está excluída da OEA, e não estabelece metas ou prazos. A Carta afirma que os povos da América têm uma legítima aspiração à justiça social e seus governos, a responsabilidade de promovê-la. Na madrugada do dia 6, a Assembleia Geral decidiu que o Conselho Permanente, formado pelos embaixadores dos Estados membros, será responsável por elaborar uma proposta de reforma à CIDH. O documento deverá ser votado em Assembleia Geral da organização (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/06/2012).